

Partidos e a lei de ferro das oligarquias

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 30.6.2006

No início do século XX, mais especificamente em 1911 foi publicado um livro que se tornou um clássico nos estudos sobre os partidos políticos. Trata-se de “Os partidos políticos” de Robert Michels. O livro foi resultado de uma ampla pesquisa das organizações partidárias européias e que apontou para uma tendência geral à burocratização e oligarquização dos partidos políticos.

Para o autor, mesmo nos países mais democráticos, os partidos tornaram-se “organizações oligárquicas” passando a ser controlados por uma minoria, que estabelecia muitos analistas, essa tendência se confirmou não apenas em relação às organizações partidárias do seu tempo, como tem sido uma característica das organizações partidárias posteriores.

O fato é que, passados quase um século desde sua publicação, a leitura de Robert Michels é ainda uma contribuição importante para a discussão a respeito dos partidos políticos na atualidade.

Em 1983 o sociólogo alemão Claus Offe no ensaio “A democracia partidária competitiva e o welfare state keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização, **Dados**, v.26,n.1) procura demonstrar como as estruturas partidárias, de uma maneira geral, haviam se transformado em “máquinas eleitorais” no qual a conquista do poder político levou à “desradicalização” ideológica e programática dos partidos, inseridos no qual ele chamou de “institucionalidade burguesa”.

Desde então são muitos os estudos que, embora não deixem de considerar os partidos políticos como instituições importantes nas democracias representativas, questionam a sua centralidade, evidenciada, entre outros aspectos, no seu descrédito, na diminuição da identificação partidária e no crescimento da abstenção eleitoral.

No Brasil o problema parece ser muito mais grave do que ocorre na Europa, por exemplo, na Europa, uma vez que, historicamente, sempre teve partidos fracos e pouco consistentes, tanto no Império como na República.

No Império os partidos Conservador e Liberal, em que pesem algumas diferenças, eram instituições inexpressivas em termos de representatividade, constituídos pelas elites e à serviço delas.

Durante toda a primeira República (1889-1930) há o predomínio absoluto dos partidos republicanos, atuando como mera extensão das oligarquias.

Depois de 1945, quando se organizam os partidos políticos nacionais (PSD, UDN, PTB etc.) pode-se afirmar que apenas o partido comunista não é controlado pelas oligarquias regionais.

O mesmo ocorre com a experiência bipartidária (1965-1979) durante a ditadura militar (1965-1985) com a Arena e o MDB. Arena, partido de apoio à ditadura, controlado pelas oligarquias dos estados, cujas lideranças formavam a direção nacional. O MDB (PMDB pós reforma eleitoral de 1979) partido de oposição consentida, era controlado também por oligarquias regionais (exemplo disso é o Rio Grande do Norte, com o controle do partido pelo grupo dos Alves).

É certo que no MDB havia um pequeno, aguerrido e atuante grupo chamado de “autênticos” que era sua expressão mais popular, mas esses parlamentares não tinham o controle do partido.

E finalmente no pós 1985, com a plena liberdade de organização partidária, surgem vários partidos, mas permanecem não como organizações plenamente democráticas, mas criados por oligarquias ou por lideranças que controlam os partidos como verdadeiras oligarquias.

Em linhas gerais e como síntese, diríamos que os partidos políticos no Brasil são pouco institucionalizados, inconsistentes do ponto de vista ideológicos e programáticos.

E isso também atinge de certa forma, o Partido dos Trabalhadores, nascido com o objetivo de promover mudanças substanciais na sociedade (no início ainda falava de socialismo que gradativamente transformou-se em “partido da ordem”, com uma eficiente “máquina eleitoral”.

Um partido que se burocratizou, abandonando os movimentos sociais e no qual uns poucos controlam as instâncias decisivas, passando a ser via de acesso ao poder dos seus quadros dirigentes.

Analisando a recente (e grave) crise do PT, Paul Singer, um prestigiado e importante intelectual petista, tocou num ponto fundamental, afirmando que essa crise “tornou evidente que a burocratização da vida partidária foi um fator crucial para torná-la possível”.

No nosso entender, a tendência à burocratização e a oligarquização das organizações partidárias apontadas em 1911 por Robert Michels parece ser uma característica marcante dos partidos de sua época, mas também do período subsequente

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br